



VII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

A inovação e o desafio do projeto na sociedade: A qualidade como alvo

Londrina, 17 a 19 de Novembro de 2021

O PADRÃO DOS PROJETOS PADRÕES E O ESPAÇO ARQUITETÔNICO DA “CASA DA MULHER BRASILEIRA”¹

THE PATTERN OF THE STANDARD PROJECTS AND THE ARCHITECTURAL SPACE OF THE “BRAZILIAN WOMEN'S HOUSE”

SETTON, Acácia Regina Resende (1); MAIA, Leonardo Ribeiro (2)

(1) Universidade Federal de Alagoas, acacia.setton@fau.ufal.br1

(2) Universidade Tiradentes, leonardo.maia@souunit.com.br2

RESUMO

O projeto padrão pode ser considerado impessoal, caso seja puramente uma representação gráfica da intenção projetual para determinada função. No entanto, sem a caracterização de um público-alvo, ainda com ausências de informações socioculturais que dependerão de cada região, a padronização genérica e impessoal pode ultrapassar os limites da humanização e ser uma ferramenta para a criação de espaços que não dialogam com seus usuários e ainda reforçam questões relacionadas à hierarquia espacial, insegurança e ausência de privacidade. Através de estudo de caso explanatório, análise de peças gráficas projetuais e revisão bibliográfica, busca-se relações entre temáticas sobre a qualidade funcional do espaço e as definições adotadas em projeto padrão de Arquitetura. Para este artigo, foi adotado como objeto de estudo o projeto arquitetônico padrão da Casa da Mulher Brasileira (instituição pública para atendimento centralizado às mulheres em situação de violência). Algumas problemáticas causadas pela desorganização espacial e fluxos cruzados foram identificadas e, com base nos argumentos apresentados, pretende-se provocar a reflexão sobre a importância da valorização do sujeito no momento da definição de programas de necessidades e setorizações projetuais para evitar prejuízos à apropriação do espaço: fator primordial à confiança e transcendência.

Palavras-chave: *Qualidade, padrão, hierarquia, arquitetura, transcendência.*

ABSTRACT

Standard design can be considered impersonal if it is purely a graphical representation of design intent for a particular function. However, without the characterization of a target public, even with a lack of sociocultural information, which will depend on each region, generic and impersonal standardization can go beyond the limits of humanization and be a tool for creating spaces that do not dialogue with its users and also reinforce issues related to spatial hierarchy, insecurity and lack of privacy. Through an explanatory case study, analysis of design graphic pieces and literature review, we seek relationships between themes on the functional quality of space and the definitions adopted in standard architectural design. For

¹ SETTON, Acácia Regina Resende; MAIA, Leonardo Ribeiro. O Padrão dos projetos padrões e o espaço arquitetônico da “Casa da Mulher Brasileira”. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO, 7., 2021, Londrina. **Anais...** Londrina: PPU/UUEL/UEM, 2021. p. 1-10. DOI <https://doi.org/10.29327/sbqp2021.438161>

this article, the standard architectural design of the Casa da Mulher Brasileira (public institution for centralized care for women in situations of violence) was adopted as the object of study. Some problems caused by spatial disorganization and cross-flows were identified and, based on the arguments presented, it is intended to provoke reflection on the importance of valuing the subject when defining needs programs and project sectorizations to avoid damage to the appropriation of space: primordial factor to trust and transcendence.

Keywords: Quality, Standard, Hierarchy, Architecture, Transcendence.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Aloísio Schmid (2005), o efeito da falta de interação entre ambiente construído e usuários é prejudicial quando as características relacionadas a este público são negadas pelo arquiteto ao utilizar arquitetura padrão e racional. Uma relação de confiança é de fundamental importância para facilitar o processo de apropriação mútua entre espaço e usuário e um projeto que considere as condições climáticas e/ou técnicas construtivas adequadas à localidade poderia atuar como promotor à sensação de conforto e identidade.

As edificações públicas, geralmente, têm como principal objetivo a funcionalidade aliada ao custo e à padronização visual. Desta forma, as pessoas se adequam aos espaços físicos construídos e não o contrário. “O abandono de conquistas do conforto também afetou os contextos sócio-cultural e psico-espiritual” (SCHMID, 2005.p.50).

Para compreender melhor os impactos que podem ser causados pela impessoalidade projetual, adota-se como objeto de estudo o projeto padrão de Arquitetura da Casa da Mulher Brasileira, idealizado conforme Decreto Federal nº 8.086 de agosto de 2013, pelo Programa “Mulher, Viver Sem Violência” objetiva implantar espaços públicos onde serão concentrados os principais serviços que compõem a rede de enfrentamento à violência doméstica no Brasil (BRASIL, 2013). Há oito unidades construídas no País, sendo duas em Brasília (DF), uma em Curitiba (PR), uma em São Luís (MA), uma em Campo Grande (MS), uma em Fortaleza (CE), uma em São Paulo (SP) e uma em Boa Vista (RR) (BRASIL,2021).

A atual pulverização geográfica das instituições para denúncias, como CRAS, CREAS e DAGVs, e a conseqüente necessidade de repetição do trauma a cada parada de atendimento, entendida como a “violência secundária” (CÔRTEZ, 2014) podem reforçar a segregação e sensação de comportamento inapropriado pelas usuárias pelo/no espaço habitado, fomentando o não pertencimento ao lugar (GOFFMAN, 2010).

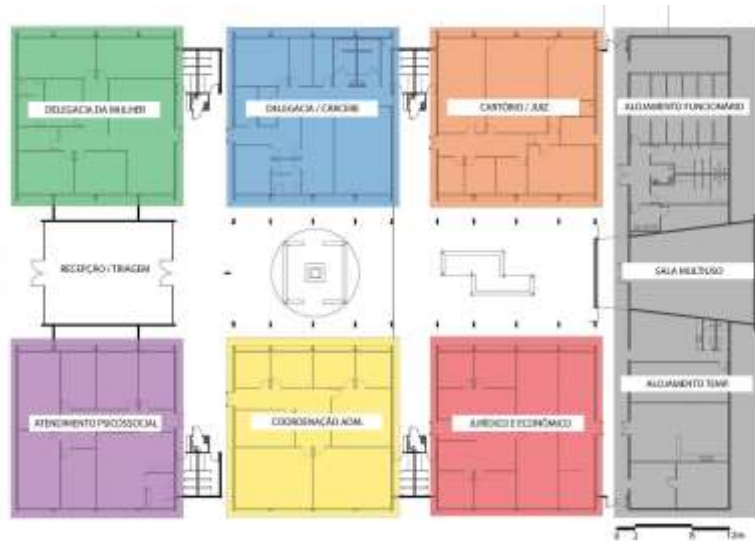
2 ARGUMENTAÇÃO TÉCNICA E ANÁLISE ESPACIAL

Segundo Hiller e Leaman (1976) *apud* Voordt e Wegen (2013), a “organização espacial” está relacionada à disposição dos ambientes de determinada edificação de modo a otimizar o seu funcionamento, principalmente ao setorizar atividades afins. Esta é uma das variáveis que podem ser atribuídas à “qualidade funcional” do espaço construído, pois atuam como ferramentas à otimização das circulações e uso do espaço ao evitar conflitos causados por fluxos cruzados que podem ser um potencial problema à apropriação do local, principalmente em edificações com

objetivos similares à Casa da Mulher Brasileira, adotada como estudo de caso para este artigo.

Este projeto padrão está distribuído por “blocos”, cuja comunicação ocorre através de fluxos internos e, em alguns casos, também por comunicação ao meio externo. Os serviços prestados contemplam: apoio jurídico, psicossocial e orientações econômicas às mulheres em situação de violência, como também serviços investigativos, administrativos, para convívio social e alojamentos temporários (Figura 1).

Figura 1 – Setorização geral de blocos de serviços da Casa da Mulher Brasileira



Fonte: PORTAL BB, Licitações Casa da Mulher. Adaptado pela autora, 2021.

Para melhor entendimento sobre as análises realizadas, serão discutidas adiante as questões relacionadas à: setorização e circulações internas, sensação de insegurança e privacidade e hierarquia espacial com base em elementos projetuais identificados no projeto padrão. Tais fatores foram selecionados como objetivo de análise, pois podem ser entendidos como universais, quando se tratar de qualidade projetual e de espaço construído.

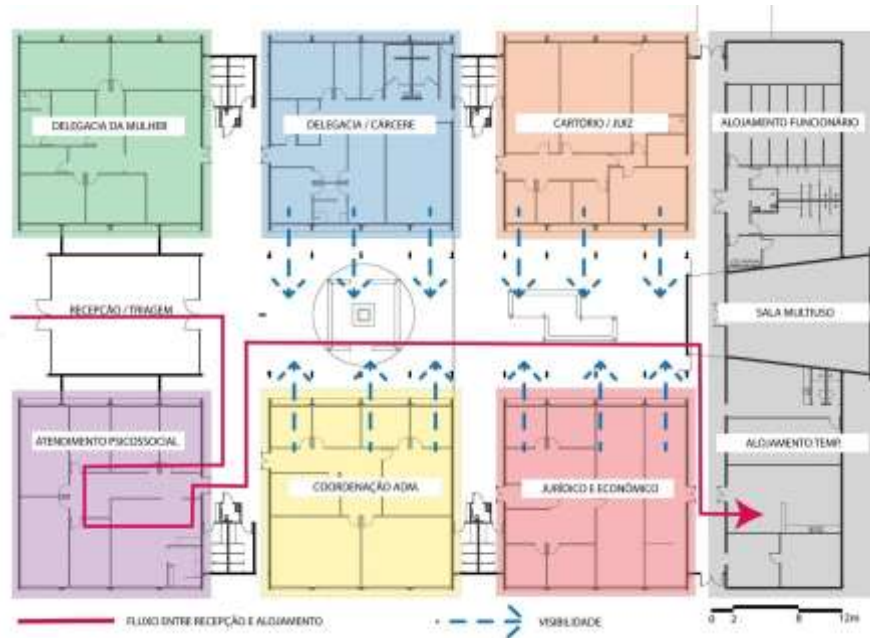
2.1 Setorização e circulações internas

Não ficou clara a metodologia utilizada para a setorização prevista para os blocos da instituição, principalmente se considerarmos a questão “fluxo para atendimento” e priorização da privacidade da mulher dentro da Casa. Por exemplo, a proposta de ambientes como os alojamentos temporários em setores mais ao fundo da edificação, próximos aos locais para eventos institucionais e relativamente afastados do bloco destinado ao acolhimento e atendimento psicossocial.

A “teoria panóptica”, ou seja: a visibilidade total que, segundo Foucault (1987), é uma ferramenta para vigilância e exercício de poder disciplinar, pode ser verificada no projeto analisado a começar pela forma como a setorização dos blocos de serviços foi proposta (Figura 2), pois condiciona a circulação interna feita pela

mulher em situação de violência em um fluxo, o que pode reforçar a sensação panóptica de exposição e monitoramento.

Figura 2 – Representação de visibilidade de fluxo com destino aos alojamentos



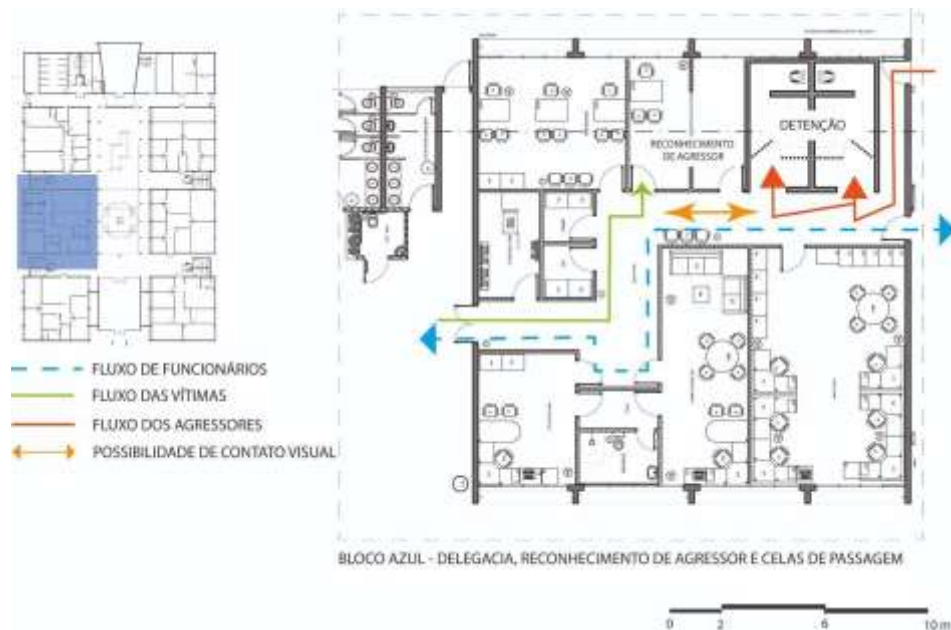
temporários

Fonte: PORTAL BB, Licitações Casa da Mulher. Adaptado pela autora, 2021.

No bloco “lilás”, local para atendimento psicossocial, é perceptível a circulação centralizada e única para funcionárias, mulheres em situação de violência e crianças que utilizam o espaço da brinquedoteca enquanto aguardam os atendimentos prestados às suas responsáveis (Figura 2). Em termos de funcionalidade, esta setorização poderia ser repensada de modo a valorizar a circulação privativa e o acolhimento psicológico, caso as salas de atendimento fossem dimensionadas de modo a priorizar as áreas de acolhimento em relação às áreas para funcionárias, além de propor alternativas de rotas de fluxos para evitar conflitos de circulações.

O ponto mais crítico, que necessita atenção, é verificado no “bloco azul”, onde estão localizadas as salas para reconhecimento do agressor e salas para cárcere. Neste local, há dois acessos: o primeiro com comunicação entre as salas de detenção e o meio externo e o segundo com entrada e saída ao espaço interno da instituição (Figura 3).

Figura 3 – Representação de conflito de fluxos entre mulheres vítimas e agressores



Fonte: PORTAL BB, Licitações Casa da Mulher. Adaptado pela autora, 2021.

Como o fluxo de acesso às celas é único, tanto pelos investigados, como pelos funcionários e pelas mulheres em situação de risco e este é um ponto a ser destacado como problemático quanto à insegurança e integridade das mulheres atendidas em virtude da grande probabilidade de fluxos cruzados e contatos visuais aos seus agressores.

Nenhum acesso ao interior da instituição deveria ser realizado sem a passagem obrigatória pela recepção/triagem. No entanto, o que pode ser verificado em projeto, são acessos entre o meio externo e a Casa da Mulher que estão além do setor de recepção. Apesar da intenção de acesso único e centralizado pela recepção, existem “brechas” de fluxos externos/internos, ao se dedicar a observar as minúcias projetuais.

2.2 Sensação de insegurança e privacidade

Entende-se como insegurança a sensação de não se sentir segura, protegida. Logo na entrada principal da Casa da Mulher Brasileira, percebe-se a utilização de painéis em vidro translúcido como um dos materiais de vedação da fachada frontal (Figura 4). Esta tipologia pode provocar a sensação de maior exposição de quem circula na área interna e, conseqüentemente, a área destinada à recepção/triagem tem a sua privacidade comprometida justamente no momento do primeiro contato da vítima com a instituição.

Figura 4 – Vista interna da recepção e sua fachada em material translúcido



Fonte: Portal Agência Brasil (2015).

Em ambientes como as salas para escuta e atendimento individual, a privacidade é fator primordial para garantir conforto às mulheres. O projeto prevê a utilização de placas de gesso acartonado (*drywall*) e é obrigatório o atendimento às exigências mínimas para qualidade acústica, conforme norma de desempenho NBR 15755/2013 (ABNT, 2013) para evitar que o material de construção selecionado prejudique o conforto e privacidade.

O *drywall* também é utilizado nas salas de atendimento psicológico individual e em grupo e nos alojamentos para mulheres em situação de risco. Além das problemáticas sobre desconforto acústico, em relação aos alojamentos, questiona-se a possibilidade de maior intensidade de circulação de pessoas em dias de eventos e nos momentos de refeições, ao considerar a existência de um miniauditório (sala multiuso) e refeitório para funcionários ao lado (Figura 5).

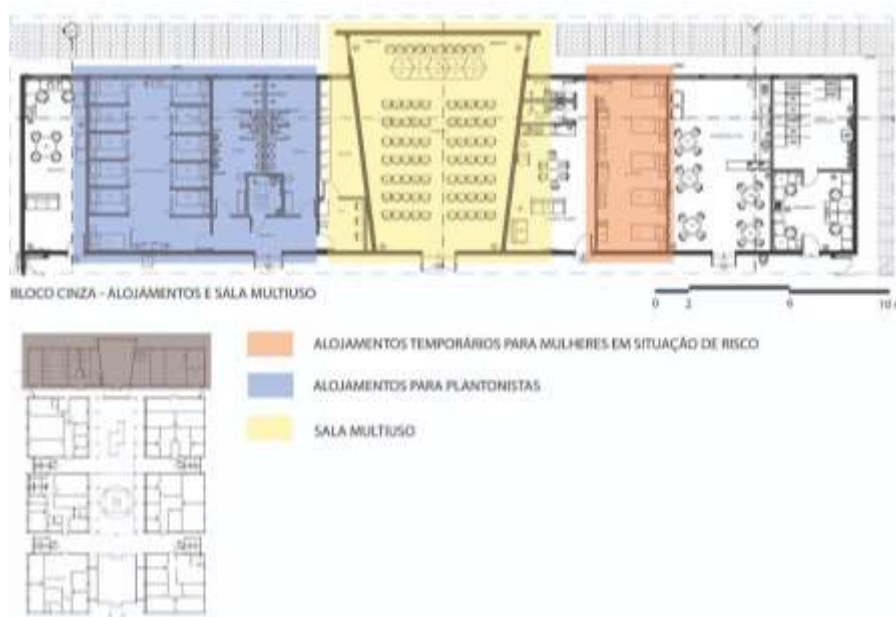
Por ser um espaço para permanência prolongada, os alojamentos deveriam ser um local de privacidade e segurança. Destinados às mulheres em situação de risco, são espaços que contemplam áreas coletivas e uma sala com camas e berços que são separadas apenas por cortinas (verificado em planta de layout). Esta situação se opõe ao verificado nos alojamentos para funcionários, onde há espaços mais privativos separados por paredes em alvenaria, além de vestiários para uso individual, inclusive com adaptação à acessibilidade (Figura 5).

2.3 Hierarquia espacial

O espaço construído é agente ativo em uma relação dialógica com seus usuários e os poderes simbólicos (BOURDIEU, 1989) podem ser reforçados pelas instituições. Neste tópico, buscamos discutir sobre as áreas dimensionadas para os espaços internos da instituição, de modo a traçar um panorama relacionado à organização espacial (HILLER e LEAMAN, 1976 *apud* VOODRT e WEGEN, 2013). As plantas arquitetônicas executivas e de layout serviram como base ao entendimento se há, ou não, uma priorização de determinada área em relação à outra, principalmente

àquelas destinadas ao acolhimento e atendimento da mulher em situação de violência.

Figura 5 – Disposição e proporções espaciais entre alojamentos no bloco "cinza"



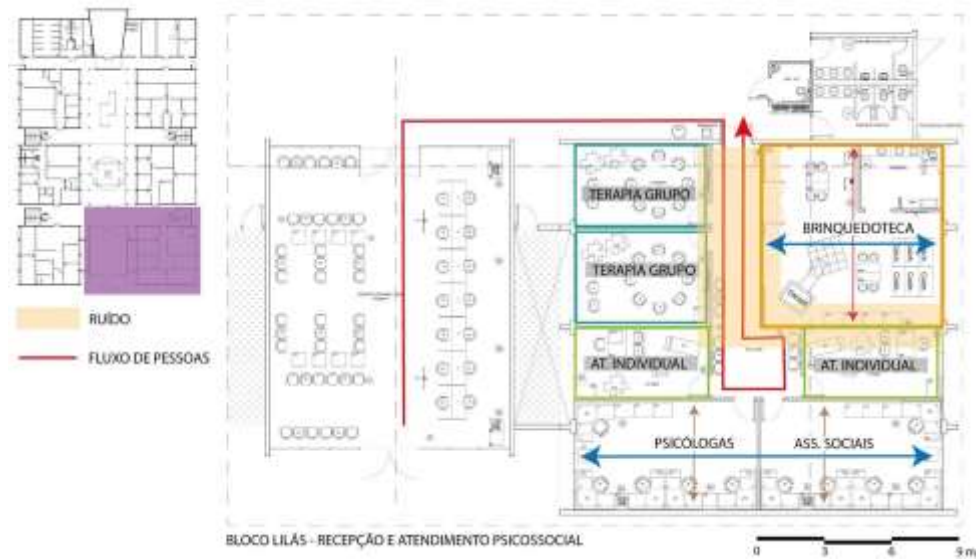
Fonte: PORTAL BB, Licitações Casa da Mulher. Adaptado pela autora, 2021

Em uma amostragem de 63 (sessenta e três) ambientes definidos em programa de necessidades - e aqui não são considerados os módulos para banheiros públicos e privativos - somente 10 (dez) são exclusivamente destinados ao atendimento e acolhimento direto da mulher em situação de risco, o que equivale a 15% de toda a edificação. Apesar dos demais setores prestarem serviços relacionados ao combate à violência contra a mulher, a maioria dos espaços contempla locais para trabalho dos funcionários da Casa que exercem suas atividades administrativas, investigativas, de registro de denúncias e/ou de apoio.

No bloco "cinza" há uma disposição espacial que setoriza os espaços para descanso (alojamentos) confrontantes ao espaço para eventos (sala multiuso). Além disto, os alojamentos temporários destinados ao acolhimento de mulheres em situação de risco possuem uma área significativamente menor (41,81 m²) que o espaço destinado aos alojamentos de funcionários plantonistas (73,45 m²). Soma-se a isto, a ausência de unidades individuais e privativas para cada mulher acolhida, como também de vestiários para uso privativo.

No "bloco lilás", destinado ao acolhimento psicológico e de assistência social, tanto o espaço destinado à brinquedoteca, quanto às salas para profissionais de assistência social, apresentam uma área relativamente maior quando comparadas aos espaços destinados às salas de atendimento psicológico privativo. Somente a brinquedoteca, possui uma área maior (51,95 m²) que as duas salas para terapias em grupo (47,02 m²). As salas destinadas às equipes de psicólogas e assistentes sociais também possuem áreas maiores que as destinadas ao atendimento da mulher (34,77 m² cada). (Figura 6).

Figura 6 – Representação de fluxo e planejamento espacial



Fonte: PORTAL BB, Licitações Casa da Mulher. Adaptado pela autora, 2021

No bloco “vermelho”, destina-se um espaço para a oferta de serviços de apoio econômico à mulher que, por sua vez, ocupa uma área equivalente a 24% (59,61 m²) do total de área útil (245,35 m²) desta unidade. Novamente, verifica-se uma maior disposição espacial para serviços administrativos, institucionais e de apoio legal em detrimento aos espaços destinados ao atendimento direto à mulher. Além disto, nota-se a ausência de espaços reversíveis para apropriações relacionadas, conforme demandas sócio culturais, como: oficinas e treinamentos sobre prosperidade financeira e autonomia econômica (Figura 7).

Figura 7 – Hierarquia espacial e fluxos de circulações externas no bloco “vermelho”



Fonte: PORTAL BB, Licitações Casa da Mulher. Adaptado pela autora, 2021

3 CONCLUSÕES

A qualidade funcional do espaço está atrelada a diversas variáveis, segundo Hiller e Leaman (1976) *apud* Voodrt e Wegen (2013). Neste estudo de caso, a organização espacial é a mais reforçada pela possibilidade de otimizar as atividades desejadas através da adequada disposição espacial, principalmente ao considerar as padronizações projetuais.

É sabido que o programa de necessidade não é de exclusividade do autor do projeto e cabe a reflexão sobre quais são as prioridades que devem ser adotadas no momento da definição dos setores, serviços e disposição espacial dos ambientes, principalmente em casos similares aos de uma instituição para fins psicossociais, como no caso de atendimento às mulheres em situação de violência.

Neste estudo de caso, verifica-se a intenção em otimizar a rede de enfrentamento à violência doméstica contra a mulher através da centralização dos serviços, no entanto, em termos arquitetônicos, nota-se um subdimensionamento dos espaços destinados à maior permanência da mulher em relação aos demais setores que estão envolvidos no processo.

As setorizações que condicionam as circulações entre setores de atendimento de modo a não priorizar a privacidade de um público que está em um momento de alto grau de sensibilidade, deve ser um ponto a ser considerado pelo projetista para evitar conflitos entre fluxos e sensação de insegurança. Se o projeto arquitetônico traduzir propósitos contrários ao necessário, sua função estará comprometida.

As variáveis abordadas neste artigo foram extraídas tão somente das verificações e compreensões em relação ao projeto padrão arquitetônico, publicamente disponibilizado. Não há um aprofundamento da pesquisa quanto à satisfação pessoal pela utilização do espaço, pela ausência de dados específicos sobre o funcionamento da instituição. Sugerimos esta busca por relatos subjetivos como base para estudos posteriores para continuidade do entendimento sobre a qualidade do espaço habitado.

A partir do momento que a unidade de atendimento exerce seu poder simbólico reforçado pela sua estrutura física e setorização dos espaços, o local de acolhimento está dentro do espaço institucional e não o contrário. Determinada unidade que foi concebida para ser um diferencial em termos de atendimento humanizado, passa a ser mais uma instituição burocrática para prestação de serviços públicos. Isto pode dificultar a apropriação do espaço pelas mulheres que buscam atendimento, fomentar a fragilidade na relação de confiança com a instituição e conseqüente transgressão simbólica ao propósito concebido para o espaço construído.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Centro reúne serviços para atender mulheres vítimas de violência no DF.** Disponível em <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2015-05/centro-reune-servicos-para-atender-melhor-mulheres-vitimas-de-violencia-no-df>. Último acesso em 22 de junho de 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 15575-4: **Edificações habitacionais – Desempenho**. Parte 4: Sistemas de vedações verticais internas e externas - SVVIE. Rio de Janeiro, 2013. 57p.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

BRASIL, 2021. **Inaugurada mais uma Casa da Mulher Brasileira no país**. Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/04/inaugurada-mais-uma-casa-da-mulher-brasileira-no-pais>. Último acesso em 25 de agosto de 2021.

BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres (2013 A). **Casa da mulher brasileira**. Diretrizes básicas e protocolos de atendimento. Programa Mulher: viver sem violência. Disponível em <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/diretrizesgerais-e-protocolo-de-atendimento-cmb.pdf>. Último acesso em 18 de abril de 2018.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996

CÔRTEZ, V.A.S. **Violência Doméstica contra as mulheres nas relações íntimas de afeto: influências das estratégias de coping e o impacto no bem-estar subjetivo**. Aracaju. Universidade Federal de Sergipe, 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987

GOFFMAN, Erving, 2010. **Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos/ Erving Goffman; tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva - Petrópolis, RJ: Vozes - 2010.**

PORTAL BB, **Licitações Casa da Mulher – RDC Presencial**. Disponível em: [http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/compras,-contratacao-e-venda-deimoveis/compras-e-contratacoes-para-administracao-publica/licitacoes-casa-da-mulher/rdcpresencial#/. Acesso em 31 de maio de 2018.](http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/compras,-contratacao-e-venda-deimoveis/compras-e-contratacoes-para-administracao-publica/licitacoes-casa-da-mulher/rdcpresencial#/)

SCHMID, Aloísio Leoni. **A idéia de conforto: reflexões sobre o ambiente construído**. Aloísio Leoni. – Curitiba: Pacto Ambiental, 2005. Cap.1-3. Pgs 1-141

VAN DER VOORDT, Theo J. M; VAN WEGEN, Herman B. R. **Arquitetura sob o olhar do usuário: programa de necessidades, projeto e avaliação de edificações**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2. ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.**